

Revista **EVOLUÇÃO**

Ano IV **37** Fev.
n. 2023
ISSN 2675-2573

EDUCAÇÃO

COOPERAÇÃO

TRANSFORMAÇÃO



Filial da
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS / PKP



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 37 - Fevereiro de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Isac dos Santos Pereira

Ana Paula de Lima

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Alecina do Nascimento Santos

André Luiz Dias Leite

Denise Teixeira Menezes

Elizabeth Hama Francisco e Luís Venâncio

Flavia Florencio de Farias

Jucira Moura Vieira da Silva

Juliana Godoi Marques

Leila da Silva Siqueira

Marlene da Silva

Mirella Clerici Loayza

Nair Dias Ramos

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Rita de Cássia Martins Serafim

Vera Lucia Meneses de Lima Marques

Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 37 (fev. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 152 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Vol. 1, n. 1 (fev. 2020)

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.37

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS: <https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.37>

A

São Paulo
2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 NOTA DO EDITOR

Prof. Antônio Raimundo Pereira Medrado

06 3º ANIVERSÁRIO DA REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

07 3 anos da Revista Primeira Evolução

Profª. Patrícia Martins da Silva Rede

08 comemoração dos três anos da Revista Evolução

Profª. Ana Paula de Lima

09 APRESENTAÇÃO

Profª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

10 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

12 Refletindo sobre pessoas... aprendendo com elas

Ana Paula de Lima

13 Poema

Emanuelle Valverde

ARTIGOS

1. AS EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICAS NO UNIVERSO INFANTIL Alecina do Nascimento Santos	15
2. MESTRE VITALINO E A ARTE EM BARRO André Luiz Dias Leite	23
3. REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO, ALGUMAS REFLEXÕES Denise Teixeira Menezes	35
4. TEORIAS PSICOPEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS Elizabeth Hama Francisco / Luís Venâncio	43
5. A MULHER NEGRA E CAPOEIRISTA EM LUTA PELO SEU PROTAGONISMO Flavia Florencio de Farias	55
6. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL Jucira Moura Vieira da Silva	69
7. A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NOS PRIMEIROS ANOS DE ESCOLARIDADE Juliana Godoi Marques	77
8. UNIVERSO INFANTIL: UM OLHAR DO PSICOPEDAGOGO PARA A LITERATURA E SUAS NARRATIVAS Leila da Silva Siqueira	85
9. LUDICIDADE COMO RECURSO PEDAGÓGICO PRESENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL Marlene da Silva	93
10. O MODELO TEACCH COMO FACILITADOR DO TRABALHO PEDAGÓGICO Mirella Clerici Loayza	101
11. A FORMAÇÃO INTEGRAL DO CIDADÃO Nair Dias Ramos	111
12. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO APEGO NA EDUCAÇÃO Patrícia Mendes Cavalcante de Souza	119
13. TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E AS METODOLOGIAS ATIVAS Rita de Cássia Martins Serafim	129
14. A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA DE BEBÊS E CRIANÇAS NOS DIVERSOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL Vera Lucia Meneses de Lima Marques	137
15. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO CIDADANIA EM PRÁTICAS DE LETRAMENTOS Vilma Cavalcante Sabino da Silva	145

A MULHER NEGRA E CAPOEIRISTA EM LUTA PELO SEU PROTAGONISMO

FLAVIA FLORENCIO DE FARIAS

RESUMO

Esse estudo científico busca demonstrar por meio de uma revisão bibliográfica, que dentro da capoeira a presença de um preconceito de gênero existiu, porém o protagonismo da mulher negra existe, como forma de igualdade de gênero e empoderamento. O presente artigo foi desenvolvido utilizando como metodologia a revisão bibliográfica, consultando diversos autores e análises de textos sobre o tema de escolha. A pesquisa que será organizada em três capítulos, terá como método de pesquisa utilizado uma revisão bibliográfica, realizada em bibliotecas virtuais, bancos de artigos, dissertações em universidades, bibliotecas comuns, pesquisas acadêmicas e documentos atuais relacionados e publicados em língua portuguesa com as seguintes palavras chave: capoeira, mulher, discriminação, preconceito, racismo, machismo e valorização. Portanto, busca-se concluir o quão se faz necessário esse estudo, tanto para a compreensão desses fatos históricos e tão delicados na sociedade brasileira, mais que precisam constantemente e urgentemente serem discutidos.

Palavras-chave: Capoeira; Gênero; Machismo; Racismo; Valorização.

INTRODUÇÃO

A capoeira sempre foi conhecida em território nacional como sendo a luta criada pelos negros durante a escravidão, nas lutas por sua liberdade contra os brancos. Mesmo após a abolição, ela passou por muito tempo proibida por lei, até chegar aos dias de hoje, onde é considerado um esporte muito praticado em território nacional, estando presente inclusive no âmbito escolar. Sempre foi um símbolo de liberdade, presente na identidade de um povo que a vida toda luta pela igualdade e pelo fim do preconceito racial. Por outro lado, essa luta hoje esporte que tinha esses preceitos amparados pela liberdade e igualdade, tem em sua história a comprovação de ser segregacionista em relação ao gênero sexual.

Com isso, é mais do que necessário essa discussão, já que a capoeira, assim como qualquer esporte sofre influências culturais, sociais, filosóficas e políticas. É necessário que haja esse entendimento, para que essa luta contra qualquer tipo de preconceito ou discriminação venha a deixar de existir na sociedade. As capoeiristas que iniciaram esse processo lutaram contra o machismo dentro de um cenário já cerceado pelo racismo. A capoeirista deve encontrar na prática desse esporte um meio não apenas de se exercitar, mas também de sedimentar seu papel dentro da sociedade, como negra e mulher na sua constante busca pela igualdade.

O Brasil e todo seu extenso território é composto de um povo oriundo do povo europeu que aqui veio para a colonização, do índio que aqui já estava e do negro que veio infelizmente como escravo. A valorização dessas três culturas promove o verdadeiro entendimento da identidade cultural brasileira.

Por outro lado, observa-se que a cultura vinda dos povos africanos e indígenas ainda não tem garantida a mesma importância da sociedade brasileira, apesar de todas as lutas e movimentos existentes.

O mesmo pode-se observar quando estudos relacionados ao empoderamento feminino ocorrem no Brasil, que desde sua colonização foi se constituindo em uma sociedade patriarcal e misógina. (NARVAZ; KOLLER, 2006, p.51)

Esse estudo se justifica na necessidade de demonstrar como a mulher negra sobre o viés esportivo (capoeira), luta constantemente contra a desigualdade e até uma tentativa de depreciação por parte da sociedade brasileira em tudo que se refere a mesma.

A valorização da cultura afro deve ser incentivada por todos os indivíduos, pois promove a própria valorização da cultura brasileira, onde a identidade de um povo deve ser bem entendida, como um dos fatores básicos para a diminuição das desigualdades sociais.

Em relação ao problema de pesquisa, define-se o mesmo com a seguinte questão: é possível entender as ligações entre o preconceito racial e de gênero, tendo a mulher negra na capoeira?

Quanto aos objetivos, tem-se como objetivo geral demonstrar a capoeira, quanto uma atividade física, sendo capaz de escancarar e combater ainda mais o preconceito relacionado às mulheres negras. Os objetivos específicos buscam definir conceitos como discriminação e preconceito racial e de gênero; entender o percurso histórico da capoeira no Brasil e o preconceito sofrido, esclarecer que a história promove a capacidade de entendimento do presente e possível modificação do futuro.

A CAPOEIRA E SUA HISTÓRIA: O NEGRO, A ESCRAVIDÃO, A LUTA E SUA PRÁTICA

Hoje praticada em muitos clubes, escolas, a capoeira dentro do Brasil, apresenta um histórico pautado pela resistência, pela luta de um povo. Assim de acordo com Medeiros e Peres (2005) surgiu como forma de repressão aos brancos pela escravidão dos negros, passando pela marginalidade dos guarda-costas políticos e eleitorais do final do século XIX, pela obscuridade dos “leões de chácara” dos cassinos e cabarés do Rio de Janeiro, os quais se fundem com a própria história da malandragem carioca do início do século XX, até chegar às academias, escolas e Universidades dos dias de hoje, é que se busca mostrar a importância de sua prática, como riqueza histórico-cultural de um país que, apesar de formado por uma grande e diversificada mistura de raças, possui em suas raízes, traços fortes da cultura negra africana.

Com o início da colonização no Brasil, os portugueses viram no trabalho escravo um instrumento para o desenvolvimento do objetivo desejado para esse território. Não conseguindo ter os índios locais como mão de obra escrava, forma encontrada pelos portugueses para a solução desse problema foi a implantação da escravidão de um outro povo, nesse caso os negros. Sendo assim, os negros eram trazidos da África para se tornarem

escravos, vivendo um período de trabalho, tortura e morte. Suas primeiras reações contra o cativo e a escravidão, foram as fugas, as revoltas individuais e desorganizadas. Sem possuir qualquer tipo de arma cortante ou de fogo, o negro percebeu que precisava utilizar-se do próprio corpo para se defender e foi a partir daí que a capoeira surgiu, presente nas batalhas contra a escravidão e obediência plena.

Algumas literaturas revelam que o nome capoeira teve sua origem na vegetação rasteira (de mesmo nome), que existiam ao redor das fazendas e a qual os negros passavam quando fugiam. Era nessas vegetações rasteiras que os negros lutavam contra os senhores de engenho, capitães do mato, sempre de mãos limpas, utilizando apenas os movimentos corporais que os mesmos aprenderam observando alguns animais nativos. (SILVA, 1995)

Já Rego (s.d.) relata que no caso da capoeira, tudo leva a crer que seja uma invenção dos africanos no Brasil, desenvolvida por seus descendentes afro-brasileiros, tendo em vista uma série de fatores colhidos em documentos descritos e sobretudo no convívio e no diálogo constante com os capoeiristas atuais e antigos, que ainda vivem na Bahia, embora, em sua maioria não praticam mais a capoeira devido a idade avançada.

Essa luta, era treinada pelos negros dentro das senzalas, e para que pudesse ser praticada sem proibição pelos brancos, recebia a alcunha de dança, já que junto com os movimentos (golpes) vinham os instrumentos musicais, canções e ritmo. Dessa forma o negro escravo treinava suas habilidades, enganando o branco, “senhor de escravos”.(BRAGA; SALDANHA, 2014, p. 2-3)

Mesmo após a abolição dos escravos, a capoeira continuou a ser discriminada e tendo seus adeptos a necessidade de permanecerem na obscuridade. Apesar disso, esse misto de luta e dança passou a ser praticada não apenas pelos negros mais também pelos brancos, principalmente por aqueles que eram marginalizados e discriminados por uma sociedade que era pautada pela exclusão.

Esse conceito, pode ser entendido por meio de Silva (1995), que relata que embora originária dos negros, a capoeira foi assimilada e desenvolvida também pelos mestiços e mulatos, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

No decorrer de sua história, a capoeira sofreu inúmeras tentativas de extinção, porém o que a própria demonstra é que o que ocorreu foi um efeito contrário, já que a mesma chegou nas classes mais abastadas, tendo praticantes famosos, como D.Pedro I, na época imperador do Brasil.

Com a decadência do Império e a Proclamação da República, a capoeira passa novamente a ser perseguida. Santos (2002) relata novamente que o Decreto de lei 487, de 11 de outubro de 1890 (Código Penal Brasileiro), promulgava que as pessoas encontradas sem estarem exercendo uma profissão e praticando qualquer atividade proibida por lei, teriam de quinze a trinta dias de prisão, e no caso de reincidência, três anos de prisão. Caso o infrator fosse estrangeiro, seria deportado. Essas medidas atingiam especialmente os capoeiristas, pois muitos deles não tendo a oportunidade de emprego, andavam pelas ruas a procura de um meio de ganhar a vida, fazendo exposições para dali conseguirem algum sustento.

Esse decreto se enquadra na ideia de que no caso de qualquer pessoa que estivesse praticando exercícios de destreza e agilidade, corridas, jogos em local público, portando ou qualquer instrumento que pudesse colocar em risco a integridade física do próximo, cumpriria uma pena de dois a seis meses. Esse decreto também dizia que os praticantes de capoeira jamais poderiam andar em grupo, com pena prevista de um a três anos. E por fim, os praticantes da mesma que executassem homicídio ou lesões corporais, promovessem a desordem, incorreriam cumulativamente nas penas para tais crimes.

Lopes (2003) relata que com todas essas medidas, o então Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, junto com o Chefe da Segurança Pública, Sampaio Ferraz, foram efetivos para que a capoeira fosse banida das ruas, dos parques, locais públicos e colocada clandestinamente nos terreiros e morros existentes. Torna-se importante relatar que a capoeira estava presente no Código Penal de 1890 a 1937. Foi apenas em 1937, que a capoeira obteve sua descriminalização realizada pelo então presidente do Brasil em exercício, Getúlio Vargas, após assistir uma demonstração da mesma, decretando o caráter esportivo dessa luta, e intensificando sua nacionalidade.

Silva (1995) descreve que em 1961, a capoeira sob a forma de desporto, foi introduzida no currículo de ensino da Polícia Militar do estado da Guanabara. Já em 1972, tornou-se modalidade esportiva, tendo sido criado um Departamento Especial de Capoeira, ligado diretamente à Confederação Brasileira de Pugilismo.

Com o passar dos anos, a capoeira se tornou mais que uma luta, sendo incluída pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), como conteúdo do currículo de educação física, tentando assim resgatar uma parte da nossa cultura e história para os estudantes.

SILVA (1995) considera que se capoeira, a chamada “arte marcial brasileira”, nascida e criada com os mesmos objetivos de outras artes marciais, ultrapassou o tempo de luta pela liberdade, ultrapassou mais ainda, o tempo dos capoeiristas assalariados e é atualmente a responsabilidade, a obrigação e o dever de não mais encará-la como marginalização como crime.

Entender essa história, pautada nessas questões étnicas raciais, e posteriormente agregando a posição da mulher negra e seu protagonismo, que vem a ser o objetivo deste estudo, é que promove o entendimento de como o Brasil mesmo após a abolição dos escravos, continuou segregacionista, elitista, injusto, machista e preconceituoso. Condições essas que ainda podem ser encontradas na sociedade brasileira atualmente.

O RACISMO E O MACHISMO: PRECONCEITOS QUE AINDA PERSISTEM AO LONGO DA HISTÓRIA

Ainda há quem acredite que o racismo surgiu de uma hora para a outra, inicialmente no período de colonização onde começou com a exploração de mão-de-obra barata, para gerar riqueza e poder para o branco colonizador e opressor. O racismo entre os seres humanos foi surgindo e se consolidando, desde os tempos mais remotos e em várias partes do mundo.

Santos (1991) descreve que de uma forma direta, o racismo é a afirmação da superioridade de uma raça / etnia sobre as outras. É a suposição de que há raças... uma

maneira de justificar a dominação de um grupo sobre o outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie.

Discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica. Ocorre quando a igualdade de tratamento é negada a uma pessoa ou a um grupo de pessoas em razão de sua origem. É atitude ou ação de distinguir, separar as raças, tendo por base ideias preconceituosas. (LOPES, 2003, p. 25)

Com a discriminação racial, temos outro termo extremamente significativo e incluído nesse tenebroso cenário, que vem a ser o preconceito racial.

Preconceito Racial é o pré-julgamento negativo realizado quanto a uma pessoa em função de sua raça/etnia. Pode ser expresso através de piadas, injúrias, apelidos... É a ideia pré-concebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação a outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente, o preconceito vem acompanhado de uma atitude discriminatória. (LOPES, 2003, p.21-25)

O racismo, a discriminação e o preconceito são muito fortes, atualmente, mas também cresce o nível de consciência de que o racismo, a discriminação e o preconceito devem ser combatidos, denunciados e eliminados. Mesmo em pleno século XXI, em várias partes do mundo, dentre elas, o Brasil, a dicotomia citada anteriormente ocorre de forma cotidiana. Exemplos desse se mostram bem claros quando analisamos os dados representativos relacionados a questão racial, onde, ser negro no significa ser mais pobre que os brancos, ser menos escolarizado, receber menor salário, ser mais rejeitado no mercado de trabalho, ter menos oportunidades de ascensão profissional e social, ter dificuldade de ascender aos cargos de chefia do poder público e do setor privado, estar entre os principais ocupantes dos subempregos, ter menos acesso aos serviços de saúde, ser vítima preferencial da violência urbana, ter mais chances de ir para a prisão, morrer mais cedo. (WESTIN, 2020)

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceitos e modo de exercitar a discriminação. As pessoas aprendem, desenvolvem, tornam-se preconceituosas e discriminatórias em relação ao outro. Dizer ou acreditar que no Brasil não existe mais racismo, preconceito ou discriminação é o mesmo que fechar os olhos para o acontece todos os dias, na nossa frente. Acompanhado a isso, não se pode negar o alargamento das diferenças sociais e econômicas sofridas pela sociedade no decorrer dos séculos, que foi influenciado por todo esse processo histórico e político. E para isso, é necessário voltar ao período de colonização do País, para perceber, também, que por meio dessa história sempre ficou nítido o desejo das classes dominantes pela perpetuação da discriminação.

Em 1888 a princesa Isabel sancionou a Lei Imperial n. 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea) decretando o fim da escravidão no Brasil, então os negros não eram mais obrigados a trabalhar a força e sem remuneração e serem humilhados de todas as formas pelos brancos. Hoje a realidade é que a escravidão ainda não acabou, não só para negros, hoje ocorre o que é conhecido como escravidão moderna, que ocorre não só no Brasil mas no mundo inteiro. Ao contrário da escravidão dos negros, que era escancarada, esta é uma escravidão silenciosa, que se espalha de forma acelerada mas quase não se percebe. (LOPES, 2017, p. 9-23)

Gomes (2005) descreve que o racismo consiste num modo específico de “naturalização” da vida social, explicando as diferenças construídas socialmente como se estas fossem naturais.

Uma das maneiras de combater estes preconceitos é através da valorização da cultura afro-brasileira, de não permitir as brincadeiras como: ele é um negro de “alma branca”, isso é “coisa de preto ou “serviço de preto”, não permitir o uso da palavra sujo associada a negro.

O movimento negro, baseado nos preceitos da negritude, vem protestar pelo seu lugar que foi roubado, pela sua voz que foi silenciada, pela sua história e cultura que foi relegada, buscando reconstruir e retomar a afirmação da identidade negra. (MUNANGA, 2009, p. 63)

O racismo e qualquer forma de discriminação devem ser combatidos desde cedo na escola, onde as crianças acabam sendo influenciadas pelas suas famílias, mais também pelo ambiente escolar. Como a escola é parte integrante e muito importante na sociedade, cabe a ela a mudança, o comprometimento e a transformação desta mesma sociedade em tudo que envolve o racismo, a discriminação e o preconceito que assola ainda hoje nossa sociedade.

Da mesma forma que o racismo, outro tipo de preconceito e discriminação que assola o mundo desde a antiguidade é o machismo e tudo aquilo acerca das discussões sobre gênero.

Goellner (2010) descreve que por gênero entende-se a condição social por meio da qual nos identificamos como homem ou mulher. É diferente de sexo, termo usado para identificar as características anatômicas sexuais femininas ou masculinas. O gênero, portanto, é uma construção social, não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos. Em outras palavras, o corpo é generificado, o que implica dizer que as marcas de gênero se inscrevem nele.

Novamente a história surge como um valoroso instrumento para corroborar todas as questões que envolvem o machismo, para que mais estudos e entendimentos venham a acontecer para que atos horríveis dessa natureza deixem de existir.

A formação da misoginia tradicional se deu por meio dos postulados de Aristóteles (384-322 a.C.) que também foi repercutido posteriormente nos pensamentos medieval e moderno. O autor enfatiza que as fontes da misoginia medieval podem ser identificadas em duas direções: uma conduzindo à antiga lei hebraica, e a outra, ao surgimento da cultura grega, em que, por exemplo, já em Hesíodo (c. 750 a.C.), aparecem certas imagens da mulher como responsável pela introdução do mal no mundo. (MUNANGA, 2009, p. 34)

Por meio dessa visão aristotélica/grega, o funcionamento do corpo feminino foi visto de forma tão negativa que a menstruação se tornou uma preocupação constante não só da medicina, mas também da religião quando veio a Idade Média, sempre categorizando a mulher como submissa ao homem.

Em relação ao legado da misoginia na era medieval, Fonseca (2013) aponta que, apesar da variada gama de escritos medievais em que se basearam nos postulados aristotélicos fundamentados nessas ideias de qualificação genérica, os escritos de Santo Anselmo e de São Tomás de Aquino servem como exemplar e suficiente amostra do tratamento da misoginia no período medieval.

A história demonstra vários relatos de mulheres na Idade Média que se colocavam como à frente de seu tempo, não aceitando estarem subordinadas a um homem, buscando ser independentes, sendo então consideradas uma ameaça a uma sociedade patriarcal, nefasta, retrógrada e permissiva. Com isso, milhares de mulheres foram queimadas vivas, chamadas de “bruxas”, como forma de impedir qualquer tipo de liberdade ou empoderamento feminino. (COSTA; COSTA, 2019, p.15)

Matta (2001) atenta para o fato de que, mesmo hoje, nesta era de transformação e mudanças rápidas, o homem continua sendo privilegiado, no mundo na rua, no mercado de trabalho, na política, ao passo que ainda se insiste que a mulher engloba o mundo da casa, da família, das regras e costumes relativos à mesa e à hospitalidade.

Na contemporaneidade, as regras continuam tal qual descritas pelo autor, e é devido a estarmos inseridos no sistema patriarcal, no qual cabe ao homem o lugar da rua e à mulher, o lugar da casa. As mulheres ainda morrem por serem mulheres, o feminicídio se apresenta como um crime recorrente pelo mundo e principalmente no Brasil. (IPEA, 2021, p.36)

O patriarcado é a estrutura familiar básica de todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta pelas instituições, dos homens sobre as mulheres e seus filhos na unidade familiar. Para que os homens possam exercer essa autoridade, o patriarcado deve dominar toda a organização da sociedade, a produção e consumo, a política e o direito à cultura. As relações entre as pessoas também estão marcadas pela dominação e a violência que se originam na cultura e nas instituições. (Gomes, 2019, p. 82)

A busca por essa igualdade de gênero trata-se de mais uma luta da atual sociedade, para que haja a diminuição e o cessar dessas desigualdades, onde a diferença de gêneros deixe de existir, onde a mulher seja valorizada, ocupe seu espaço na sociedade, sem preconceito ou discriminação.

A MULHER CAPOEIRISTA: A LUTA PARA TER SEU PROTAGONISMO

No transcorrer desse trabalho foi demonstrado como o preconceito e a discriminação, quando baseada no racismo e no machismo sempre estiveram presente na sociedade nos mais variados âmbitos, demonstrado de forma brilhante pela história.

A capoeira, antes uma luta, hoje também é um esporte, amparado por questões sociais, culturais, raciais e regionais. Entender a questão que rege o preconceito racial e de gênero no meio dessa prática é importante, pois auxilia no entendimento desse estudo científico.

Oliveira e Leal (2009) descrevem que da mesma forma que em muitos esportes, a mulher também teve um caminho turbulento na prática da capoeira. Sua participação não era permitida em determinados exercícios físicos e em modalidades esportivas e de lutas, alegando incapacidade biológica e a importante função reprodutiva. O fato é que as mulheres da elite tinham acesso à educação, recebiam orientações de comportamento moral e sexual normatizadas, reproduzindo os valores da família, da escola, da igreja e das demais intuições ideológicas de hegemonia burguesa, enquanto as mulheres trabalhadoras, que ganhavam a vida nas ruas, trabalhando para garantir o sustento da família, tendo seus comportamentos ditados pela necessidade de sobrevivência, eram criticadas e perseguidas pela sociedade.

Adelman (2003) relata que entre os séculos XIX e XX, os esforços por parte de intelectuais da elite brasileira eram os de designar os papéis de gênero e adestramento dos corpos masculinos e femininos na divisão do trabalho para o controle social. Isso seria preparar as mulheres para a maternidade e os homens para a vida pública. Essa construção da corporalidade feminina perpassa pelas relações de classe, gênero e raça. O corpo reprodutor, meigo, frágil e delicado se encaixaria apenas para as mulheres brancas da elite, pois as negras escravizadas e as brancas trabalhadoras deveriam aguentar longas jornadas de trabalho e exploração, sob a pena de serem torturadas e/ou terem seus corpos violentados pela repressão. (ADELMAN, 2003, p. 446)

Essa divisão social de classe e de raça nos permite identificar que os tipos de opressões sofridas pelas mulheres correspondem à classe e à raça às quais pertencem. Onde as mulheres operárias, camponesas, assalariadas, capazes de realizar determinadas tarefas e tomar decisões sem a orientação masculina, acabavam sendo encarceradas na esfera doméstica e excluídas como inúteis das categorias e cargos que compõem a esfera pública.

Assim como as mulheres trabalhadoras, a Capoeira também era estigmatizada. Contudo, torna-se importante destacar que a Capoeira era, como afirmam Oliveira e Leal (2009), “diretamente associada ao homem por comportar elementos constitutivos de masculinidade, a exemplo do biótipo e das ações de violência física”.

Apesar de serem poucos, no final do século XIX e ainda nas primeiras décadas do século XX, encontramos registros da presença das mulheres na capoeiragem, em que participavam de disputas corporais com homens. Maria 12 Homens, Calça Rala, Satanás, Nega Didi, Maria Pára o Bonde, Júlia Fogareira, Maria Homem, Maria Pé no Mato, dentre outras mulheres “desordeiras”, “valentonas” que tinham “a pá virada”, aparecem na história convivendo no meio da malandragem das rodas da Capoeira, nas brigas de ruas com golpes de navalhas, facas e cacetes, sofriam repressão policial e viravam notícias de jornais locais. A imprensa, por sua vez, denunciava o comportamento moral dessas mulheres, com o intuito de repreendê-las a não provocar esses comportamentos nas mulheres da alta sociedade (BARBOSA, 2005; OLIVEIRA e LEAL, 2009; SOUZA, 2010; MENEZES, 2008).

Menezes (2008) relata que essas mulheres estão presentes no imaginário popular brasileiro, suas façanhas aparecem nas cantigas de Capoeira e em demais manifestações populares: “Dona Maria do Camboatá, ela chega na venda, ela manda botar, Dona Maria do Camboatá, ela chega na venda e dá salto mortal, Dona Maria do Camboatá, ela chega na venda e começa a gingar”, “Salomé, Salomé, Capoeira é pra homem, menino e mulher”; “Ai, ai, Aidê, joga bonito que eu quero aprender”.

A história dessas mulheres dentro da capoeira tem a capacidade de demonstrar que o machismo está presente até mesmo em um cenário ou um ambiente que tem como premissa básica a busca pela igualdade racial.

Elas participavam ativamente da vida urbana em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Belém do Pará, por esse motivo eram consideradas, pela sociedade burguesa, “vagabundas”; foram mulheres pobres que, em sua vida privada, eram mães, esposas, donas de casa, trabalhadoras e tiveram um papel fundamental na conquista do espaço público. São mulheres negras libertas, fortes, corajosas, que travaram a luta nas ruas, incomodando a (des)ordem

pública, no enfrentamento político pela garantia de viver e desfrutar socialmente do labor do seu suor, à custa da repressão policial; vítimas da segregação social, opressão e machismo, faziam o uso de seus corpos para reivindicar e legitimar seu espaço social (BARBOSA, 2005; OLIVEIRA e LEAL, 2009).

Outra questão importante é destacar que as mulheres sempre acompanharam os rumos dados à Capoeira. Se nas ruas elas arrebutaram nas rodas (como "intrusas"), com a passagem da Capoeira para as academias, segundo Barbosa (2005), na década de 1930, passam a prestar serviços administrativos, cuidando da organização dos grupos. No entanto, com esses cargos, não acrescentaram contribuições para os elementos do jogo de Capoeira.

Com raras exceções, a mulher era vista quase exclusivamente como uma peça de apoio na estrutura social do jogo/luta/dança/ritual". Rosângela Costa Araújo, a contramestra Janja, afirma que a mulher deixou de ser novidade na Capoeira e passou a representar quase a metade do número dos/as praticantes de Capoeira, de modo que não podem mais ser ignoradas e nem reduzir sua participação na prática e nem na organização dos grupos e academias, podendo ocupar cargos de dirigentes, com graduações de professoras, contramestras e mestras de Capoeira (BARBOSA, 2005, p. 22-23).

Na década de 80 e 90, a Capoeira Angola ganha mais força e é também nesse período que as mulheres passam a estudar a Capoeira Angola por sentirem-se atraídas pelo estilo de jogo. Desde as últimas décadas do século XX, podemos encontrar relatos de mulheres que se tornaram professoras, contramestras e mestras de Capoeira, seja ela Angola ou Regional. (SANTOS, 2011, p. 27-29)

A história nos mostra que a capoeira e a mulher negra vão muito além de ser apenas a prática de uma atividade física, pois refletem diretamente o empoderamento da mesma.

A CAPOEIRA E SUA FUNÇÃO SOCIAL A PARTIR DE SUA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA E VALORIZAÇÃO DA SUA AFRICANIDADE.

Pensar na capoeira apenas como um esporte acaba se tornando uma análise muito rasa e superficial, pois a mesma tem a capacidade de possuir uma significação polissêmica podendo ser atribuída de acordo com o contexto, sua essência e seu descompromisso com o rígido. Uma expressão cultural carregada de histórias, trazendo consigo uma característica única e bastante particular.

Mello (2002) caracteriza capoeira como sendo uma manifestação cultural afro-brasileira criada pelos negros escravizados como forma de luta contra a opressão, luta esta que se travou no plano físico e cultural. Em seu universo simbólico e motor encontramos elementos, tais como a musicalidade, a religiosidade, movimentos acrobáticos, dentre outros, que a tornam bastante peculiar. A capoeira é plural, e nela o lúdico e o combativo interpenetram-se, caracterizando-a como jogo, luta e dança.

A capoeira, assim como muitos outros esportes, sofre ressignificações ao longo dos anos de acordo com interesses sociais e políticos de cada época. Fazendo uso da história do Brasil é possível compreender cada processo dessa construção ou desconstrução.

Fontoura e Guimarães (2002) descreve que parte da história da capoeira teve uma grande força no que se refere ao apagar de registros, onde um deles foi quando o ministro

da fazenda, Ruy Barbosa, manda queimar toda documentação que registrava sobre o período da escravidão, dificultando assim as pesquisas sobre esse assunto. Trata-se de mais uma tentativa de impedir a valorização de uma cultura que não branca e colonizadora.

A pluralidade da capoeira diz respeito a muitas coisas, perpassando pela história chegando à gestualidade em si e o que isso expressa sobre o praticante e/ou a determinada cultura. Assim, corroboramos com as ideias de Nunes Dias (2010) quando afirma que a gestualidade na capoeira não é apenas um ato mecânico, desprovido de intencionalidades, mas sim uma experiência na qual o sujeito atribui um sentido e reconhece isso no outro.

Quando se está dentro de uma roda de capoeira, jogando com o outro, reconhecendo os gestos, compartilhando as intencionalidades, estabelecendo relações intersubjetivas, ambos estão reconstruindo constantemente a cultura. (NUNES DIAS, 2010, p. 624)

Os estereótipos construídos ao longo da história da Capoeira ainda persistem na memória social, frutos de um passado de repressão racista e machista. Podemos sugerir que a Capoeira se entrelaça nesse contexto pela época em que foi criada onde a mulher ainda era visualizada como reprodutora e dona de casa; e por inicialmente a Capoeira ser praticada primordialmente por homens.

A Capoeira apresenta em sua essência a resistência como marca imbricada em sua existência, inicialmente como resistência do negro contra todo movimento de escravização; a posterior a resistência ao sistema penal onde previa prisão aos praticantes de Capoeira, e concomitantemente resistência daquelas que a praticavam mesmo sendo proibida; atualmente, persiste na resistência contra a estranheza que as manifestações afrodescendentes causam, por apresentarem traços de sua cultura que estão também imbricadas com a religiosidade. (NUNES DIAS, 2010, p. 623)

A possibilidade de vivenciar a cultura africana por meio da capoeira restaura a identidade negra. O compartilhamento de experiências próprias e particulares, experimentadas pela mulher negra pode ser utilizada como uma valorosa estratégia de enfrentamento ao racismo e ao sexismo, com a capoeira assumindo também a dimensão política que garante o pertencimento das Mulheres Negras nas rodas de capoeira. (GOMES, 2019, p.85)

Avesso a essa realidade de resistências, pessoas que convivem com a Capoeira e que estão despidas de pré concepções já estabelecidas pela sociedade e de todos os estereótipos que foram discutidos neste trabalho, a facilidade de aproximação e adesão à prática são maiores, visto que estão abertos a experimentar possibilidades que a Capoeira oferece. Entender que as diferenças existem, fazem parte da sociedade, que a diversidade só promove a evolução e que o convívio positivo e salutar é mais do que necessário, é obrigatório.

Segundo Louro (2008), quanto à diferença, é possível dizer que ela seja um atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação. A diferença não preexiste nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida; em vez disso, ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou seja lá o que for) quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência.

Portanto, se a posição do homem cisgênero branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-de-sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão “diferentes” todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. Como é descrito por Louro (2008), a posição “normal” é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la. Sofrerão opressão aquelas identidades que dela diferirem.

Na capoeira, tudo se passa sem esquemas nem planos preconcebidos. É o corpo soberano, solto em seu movimento, entregue ao seu próprio ritmo, que encontra instintivamente o seu caminho. (SODRÉ, 2002) Essa liberdade, desprovida de preconceitos, é o que promulga esse esporte e sua necessidade social.

Anelando seu pensamento as discussões sobre gênero, podemos dizer que o que importa são as singularidades dos sujeitos, ou melhor, do capoeirista, que não difere homem ou mulher, novo ou velho, tampouco branco ou negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta contra o racismo e o machismo são questões mais do que pertinentes e constantes na sociedade atualmente. A busca pela igualdade racial e de gênero movimento inúmeros setores das sociedades, porém é perceptível que essa luta ainda está muito longe de terminar.

A história nos comprova como o racismo e o machismo são presentes desde os primórdios na existência do homem na terra, onde criaram-se padrões, normas de conduta sempre baseadas no poder presente na mão do homem, branco e heterossexual. Com isso, quem não se encaixa nesses padrões sofre todo o permissivo, cruel e até mortal tipo de preconceito e discriminação.

Atualmente foram necessárias leis que regulamentassem a proteção tanto aos negros como as mulheres, pois crimes incitados pelo racismo são recorrentes, de mesma forma que a taxa de feminicídio tem aumentado consideravelmente.

Como foi dito, esse preconceito permeia os diversos setores da sociedade, atemporal e sem fronteira, como foi demonstrado nesse estudo científico, corroborado pela história, onde tanto homens quanto mulheres tiveram dificuldades e muitas vezes até foram impedidos de praticar seu esporte.

Nesse cenário temos a capoeira, que historicamente surgiu no Brasil como uma forma de luta, criada pelos negros aqui escravos que buscavam escapar de todas as mazelas da nefasta escravidão aqui presente por mais de trezentos anos. Após sua liberação para prática, já que antes era ilegal, ela se tornou participante da identidade cultural brasileira, e atualmente é considerada um esporte, intensamente praticado.

Contudo, mesmo nascida em um ambiente de resistência, por um povo que sofre discriminação e preconceito até hoje, a capoeira muitas vezes foge desse caráter e se demonstra segregacionista quando se refere ao gênero sexual.

A pesquisa em diversos autores desse estudo científico, nos mostra novamente que a mulher para estar presente na capoeira também teve que lutar pelo seu espaço, já que sua

imagem na sociedade sempre era de inferior e de obediência, mesmo nas classes não dominantes.

Da mesma forma que ocorreu em diversas lutas pela igualdade, as mulheres tiveram que lutar pela sua entrada e permanência na capoeira, com a presença de idealizadoras e desbravadoras no início, para que hoje sua presença seja menos contestada.

Sabe-se que muitas vezes pensar em um ambiente discriminatório em um grupo que sofreu discriminação e perseguição por séculos parece não ser lógico e possível, porém a história nos comprovou o contrário.

Então esse estudo científico surgiu para comprovar esse tema, e busca ser um instrumento incentivador para que mais pesquisas sobre o tema aconteçam, para que cada vez mais paradigmas e tabus sejam quebrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: ressignificações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(2): 445-465, julho-dezembro/2003.
- BARBOSA, S. J. M. A Mulher na Capoeira. **Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies**, Volume 9, 2005, p. 9-28.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- FONTOURA, A. R. R.; GUIMARÃES, A. C. A. História da capoeira. **Revista da Educação Física**, UEM. Maringá, v.13, n.2, 2002.
- GOELLNER, V. S. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. In: **Cadernos de Formação RBCE**, p. 71-83, mar. 2010.
- GOLDMAN, W. **Mulher, estado e revolução**. São Paulo: Boitempo Iskra Edições, 2014.
- GOMES, E. Um corpo que fala: o protagonismo das mulheres negras na Capoeira de Angola. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. V. 5, nº esp., p. 81-87, 2019.
- GOMES, L. N. **Educação de Jovens e Adultos e a questão racial**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- LOPES, N. V. Afro Descendência: Pluralidade Cultural Precisa e Deve Abordar a questão do negro brasileiro. **Revista do Professor**. POA, v. 19, nº 75, p. 25, 2003.
- MATA, J. **A liberdade do corpo: soma, capoeira angola e anarquismo**. São Paulo: 2001.
- MELLO, A. S. A história da capoeira: pressuposto para uma abordagem na perspectiva da cultura corporal. In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**. 2002, Ponta Grossa/PR. As ciências sociais e a história da educação física, esporte, lazer e dança. Ponta Grossa/PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.
- MENEZES, B. L. A mulher na capoeira. **Revista textos do Brasil**. Ministério das Relações Exteriores, 2008. p. 86-89.
- MUNANGA, K. **Negritude: usos e costumes**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 2009.
- SANTOS, S. L. **Capoeira: Uma expressão Antropológica da Cultura Brasileira** – Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UEM, 2002.
- SANTOS, S. L. **Educação Física e Capoeira**. Maringá: Imprensa Universitária, 1991.
- SANTOS, M. A. S. Mulher e Capoeira: reflexões da convivência, lugar social e participação na diversidade. In: Grupo Conviver (org.). **Diversidade e convivência: construindo saberes**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, O. G. **Capoeira: Do Engenho à Universidade**, 2 ed., São Paulo, CEPEUSP, 1995.
- SODRÉ, M. **Mestre Bimba: Corpo de Mandinga**. Rio de Janeiro: Manati, 2002.
- SOUZA, S. R. G. E. **Capoeira: sua história e as relações de gênero**. Rio de Janeiro, Associação Nacional de História, 2010
- TOLEDO, C. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008.
- NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 49-55, abr. 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: IPEA; FBSP, 2021.

COSTA, Marcos Roberto Nunes; COSTA, Rafael Ferreira: **História das mulheres intelectuais na Idade Média**. Porto Alegre, Editora Fi, 2019.

Lei no 3.353 de maio de 1888 (Lei Áurea). Declara extinta a escravidão no Brasil.

LOPES, Alberto Pereira. A escravidão moderna no Brasil: reflexões de um passado presente. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 7-24, 4 set. 2017.

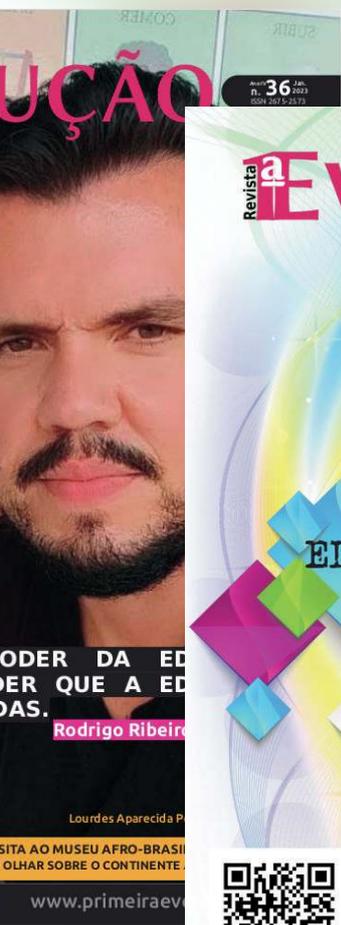
WESTIN, Ricardo. **Negro continuará sendo oprimido enquanto o Brasil não se assumir racista, dizem especialistas**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/06/negro-continuara-sendo-oprimido-enquanto-o-brasil-nao-se-assumir-racista-dizem-especialistas>. Acesso em: 27 fev. 2023.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola: Ensaio Sócio-Etnográfico**. Salvador, Itapuã, 1968.

BRAGA, Janine de Carvalho Ferreira; SALDANHA, Bianca de Souza. **CAPOEIRA: DA CRIMINALIZAÇÃO NO CÓDIGO PENAL DE 1890 AO RECONHECIMENTO COMO ESPORTE NACIONAL E LEGISLAÇÃO APLICADA**. 2014. 26 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito Processual Civil, Direito, Universidade de Fortaleza – Unifor, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7de47452d56d59cf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

DIAS, João Carlos Neves de Souza e Nunes. Narrativas do corpo e da gestualidade no jogo da capoeira. Motriz. **Revista de Educação Física**. Unesp, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 1-9, 12 abr. 2010. UNESP - Universidade Estadual Paulista. <http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n3p620>. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1980-6574.2010v16n3p620/pdf_36. Acesso em: 27 fev. 2023.

Flavia Florencio de Farias - Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE, SP. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.
Email flaviaeduq@yahoo.com.br



ORGANIZAÇÃO:
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):
Alecina do Nascimento Santos
André Luiz Dias Leite
Denise Teixeira Menezes
Elizabeth Hama Francisco / Luís Venâncio
Flavia Florencio de Farias
Jucira Moura Vieira da Silva
Juliana Godoi Marques
Leila da Silva Siqueira
Marlene da Silva
Mirella Clerici Loayza
Nair Dias Ramos
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Rita de Cássia Martins Serafim
Vera Lucia Meneses de Lima Marques
Vilma Cavalcante Sabino da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

